

# A PERCEPÇÃO DOS SURDOS EM RELAÇÃO AO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DAS UNIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE - UAPS

PERCEPTION OF DEAF IN RELATION TO THE SYSTEM OF COMMUNICATION OF PRIMARY HEALTH UNIT - UAPS

JUSCÉLIO CLEMENTE DE ABREU<sup>1</sup>, JANAINA MARQUES ROCHA FREITAS<sup>2</sup>, LAMARA LAGUARDIA VALENTE ROCHA<sup>3\*</sup>

1. Professor Titular Doutor do Instituto de Ciências da Saúde do Centro Universitário de Caratinga/UNEC; 2. Professora Adjunta Mestre do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade José do Rosário Vellano/Unifenas; 3. Professora Titular Doutora do Instituto de Ciências da Saúde Centro Universitário de Caratinga/UNEC.

\* Campus II, Rua Niterói s/n, Caratinga, Minas Gerais, Brasil. CEP: 353000-345. [lamara@funec.br](mailto:lamara@funec.br)

Recebido em 04/02/2014. Aceito para publicação em 13/02/2014

## RESUMO

Mediante o Decreto 5.626/05, o serviço público de saúde deve garantir atendimento e tratamento adequado a Comunidade surda, que utiliza a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como forma de comunicação. O objetivo deste estudo foi identificar quais os obstáculos da comunicação do deficiente auditivo com a equipe da Atenção Primária à Saúde e quais as sugestões para a construção de uma melhor relação equipe-paciente. Quanto à metodologia, foi feito um estudo descritivo de caráter qualitativo, realizado através de relatos de experiência com pesquisa de campo e aplicação de questionário com deficientes auditivos sem uma das Unidades de Atenção Primária à Saúde (UAPS) do município de Varginha - MG. Os resultados constataram que mais da metade dos entrevistados consideram a falta de conhecimento de LIBRAS a maior dificuldade encontrada ao procurar uma unidade de saúde, seguida da falta de intérpretes no local. Dos participantes, 69% relataram que comunicar é o ato de compreender e ser compreendido; 50% afirmaram que se sentem desprezados e com medo em relação ao atendimento prestado pelos profissionais da saúde. Dentre as sugestões propostas para uma melhor comunicação entre ambas as partes, a de maior significância foi o aumento do curso e LIBRAS, posteriormente, a necessidade de se estimular o interesse desses profissionais pela língua de sinais. Dessa forma há um desencontro entre as determinações legais, as expectativas dos clientes surdos e o que se pode oferecer, hoje, nas Unidades de Saúde.

**PALAVRAS-CHAVE:** Deficientes auditivos, libras, comunicação, atenção primária à saúde.

## ABSTRACT

According to the decree 5.626/05, the public health service must ensure appropriate care and treatment to Deaf Community, who uses the Brazilian Sign Language (LIBRAS) as a means of communication. The objective of the study is to identify the obstacles of communication with deaf staff and Primary Health Care which suggestions for building a better staff-patient relationship. Regarding the methodology, was made a qualitative descriptive study,

carried out through reports of experience with field research and a questionnaire for the hearing impaired in one of primary health unit (UAPS) of city of Varginha - MG. The results find that more than half of respondents consider the lack of knowledge LIBRAS the greatest difficulty in seeking a health facility, followed by lack of interpreters on premise. Of the participants, 69% reported that communication is the act of understanding and being understood, 50% said they feel unappreciated and afraid about the care provided by health professionals. Among the suggestions for better communication between both parties, the greater significance was the increase in the course of LIBRAS, then the need to stimulate the interest of these professionals by sign language. Thus there is a mismatch between the legal requirements, customer expectations and the deaf who can offer today in Health Units.

**KEYWORDS:** Hearing impaired, Libras, communication, primary health care.

## 1. INTRODUÇÃO

O deficiente auditivo, ao dirigir-se à Unidade de Saúde, encontra como principal obstáculo, a sua comunicação com a equipe. Por não fazer uso da língua verbal, o mesmo se comunica através da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que na maioria das vezes é desconhecida pelos profissionais de saúde, e com a ausência de intérpretes no local, a assistência para com o surdo, deixa de ser humanizada e eficaz.

Na Lei nº. 10.436 de 24 de Abril de 2002, em seu art. 3º, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências, consta que, as instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor<sup>1</sup>.

Assim, a Atenção Primária à Saúde se destaca como o primeiro nível de atendimento ao deficiente auditivo (DA), onde a sua eficácia é fortemente influenciada pelo

relacionamento que se estabelece entre profissionais e usuários no processo de atendimento.

Para tanto, é necessário buscar melhorias na formação educacional dos profissionais de saúde, atualmente bastante deficiente no que se refere ao conhecimento da Língua de Sinais.

A LIBRAS é reconhecida como meio legal da comunidade surda pela Lei Federal nº 10.436/02 e regulamentada pelo Decreto nº 5.626, 22 de dezembro de 2005. Sendo que nesta, o art. 25 especifica que o serviço público de saúde deve garantir atendimento e tratamento adequado aos surdos e as instituições devem apoiar a capacitação e formação de profissionais da rede SUS para o uso de LIBRAS e sua tradução e interpretação<sup>2</sup>.

Porém, na prática observa-se que mesmo em equipe multidisciplinares mais capacitadas, há certo despreparo visível, defronte aos pacientes com deficiência auditiva. Verifica-se que há necessidade de incluir a LIBRAS como disciplina obrigatória nos cursos de graduação em Enfermagem, o que muitas da vez não são como forma de capacitar os profissionais para um novo conceito de assistência ao surdo, seria um ato simples para as Instituições de Ensino Superior (IES), que poderiam em futuro bem próximo gerar um avanço grandioso para melhoria da qualidade de vida dos deficientes auditivos, em relação Atenção Primária à Saúde.

Segundo a Organização Mundial da Saúde<sup>3</sup>, 2% de uma população que não esteja em guerra, apresentam algum grau de deficiência auditiva. Usando esta estimativa pode-se inferir para a população do município de Varginha em Minas Gerais, um total de 2.381 pessoas com surdez, para aproximadamente 119.061 habitantes de acordo como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística<sup>4</sup>.

Para entender melhor a realidade dessas pessoas e/ou grupos com deficiência auditiva, houve uma aproximação, na qual foi possível observar uma grande semelhança da vida cotidiana dos surdos com a de vários ouvintes, mas também um agrupamento restrito, visto que pessoas sem problemas de audição em grande maioria não compreendem o que esse grupo diz.

O estudo atual teve a intenção de compreender o mundo dos surdos, dar voz a essas pessoas e expor aos profissionais de saúde e órgãos competentes da necessidade de capacitação específica para promoção de um novo conceito de assistência ao surdo.

De acordo com o exposto, nosso objetivo foi o de avaliar a percepção dos surdos em relação ao sistema de comunicação das Unidades de Atenção Primária à Saúde (UAPS), visando especificamente: identificar quais os obstáculos da comunicação do deficiente auditivo com a equipe da UAPS; levantar sugestões para a construção de uma melhor relação equipe-paciente; e, expor aos profissionais de saúde e órgãos competentes da necessidade de capacitação específica para promoção de um

novo conceito de assistência ao surdo.

## 2. MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de estudo descritivo de caráter qualitativo, realizado através de relatos de experiência com pesquisa de campo e aplicação de questionário com surdos pertencentes à Escola Estadual Afonso Pena e à Pastoral dos Surdos do município de Varginha-MG, no período entre agosto e outubro de 2010.

A população deste estudo foi constituída por 16 surdos, sendo 9 do sexo masculino e 7 do sexo feminino. Foi definido, como critério para inclusão, ter perda auditiva, e utilizar a língua de sinais como meio de comunicação.

Utilizou-se um questionário com questões estruturadas e semiestruturadas sobre a percepção dos surdos em relação ao sistema de comunicação das UAPS, mediado por um intérprete, com domínio de LIBRAS e posterior transcrição para os questionários devido à dificuldade encontrada pelos surdos na estruturação de frases escritas na língua portuguesa.

Para a análise dos dados foi feita leitura repetida das respostas, identificação das argumentações presentes nos discursos dos sujeitos e agrupamento das ideias convergentes, relacionando-as com a bibliografia disponível. Para verificar associações entre variáveis utilizou-se testes não paramétricos, tais como, McNemar e exato de Fisher ao nível de 5% de probabilidade. Para preservar a identidade dos participantes foram utilizados letras e números correspondentes a cada um dos entrevistados.

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP – da UNIFENAS, no dia 07 de outubro de 2010, parecer no 238/2010.

Uma via da autorização conforme o termo de Consentimento Livre e Esclarecido, obedecendo à resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde foi entregue aos entrevistados e a outra está em posse dos pesquisadores, o qual arquivará o documento durante 5 anos, conforme inciso IX.2.e da mesma resolução.

## 3. RESULTADOS e DISCUSSÃO

Após o levantamento dos dados para o estudo descritivo de caráter qualitativo das dificuldades encontradas pelos DA's cadastrados na secretaria de educação e na pastoral dos surdos da Igreja São Sebastião do município de Varginha, verificou-se que dos 16 entrevistados, 56 % e 44 % eram homens e mulheres, respectivamente ( $p > 0,05$ ), dos quais 12,5 % eram menores e 87,5 % eram maiores.

A porcentagem de homens desacompanhados foi de 31,2 %, com igual resultado também foi a porcentagem de mulheres desacompanhadas, 31,2 %. Dos que informaram terem acompanhantes, 25 % foram homens e 12,5 % mulheres, isto pode ser justificado pela metade desses homens serem menores de idade e todas essas

mulheres serem maiores de 18anos.

No Brasil, apesar de existirem campanhas recentes como a criada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, intitulada "Iguais na Diferença", políticas e leis como a Lei Federal 10.436/02 regulamentada pelo Decreto 5.626/05, a inclusão e a independência do DA ainda é baixa, devido à escassez de informações sobre si e seus direitos, situação que afeta principalmente os menores de idade que podem apresentar algumas restrições frente a uma sociedade ainda precária no conhecimento de sua cultura, o que leva a família a sempre acompanhá-los

Nos próximos anos, a difusão da LIBRAS tende a ganhar abrangência maior devido ao artigo 3º do Decreto 5.626 de dezembro de 2005, no qual a inseri como "disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas"<sup>2</sup>. Para os demais cursos de educação superior é introduzida como disciplina optativa, contudo é possível identificar a necessidade de incluir a disciplina de Libras na grade curricular obrigatória dos cursos de graduação referentes à saúde, devido ao despreparo visível dos profissionais da área que compromete profundamente a eficácia do atendimento.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, 28 milhões de brasileiros possuem algum tipo de problema auditivo, o que revela um quadro no qual 14,8% do total de 190 milhões de brasileiros, possui problemas ligados à audição<sup>5</sup>. Estima-se que em uma cidade com aproximadamente de 119.061 habitantes, como Varginha<sup>4</sup>, haveria teoricamente 2.381 pessoas com problemas ligados à audição. Porém somente 110 DA's estavam cadastradas na Associação dos Surdos local. O número baixo de cadastros pode ser devido a vários fatores, tais como, pré-conceitos dos parentes mais próximos e/ou dos próprios DA de participarem de reuniões e da não existência de uma sede própria em Varginha.

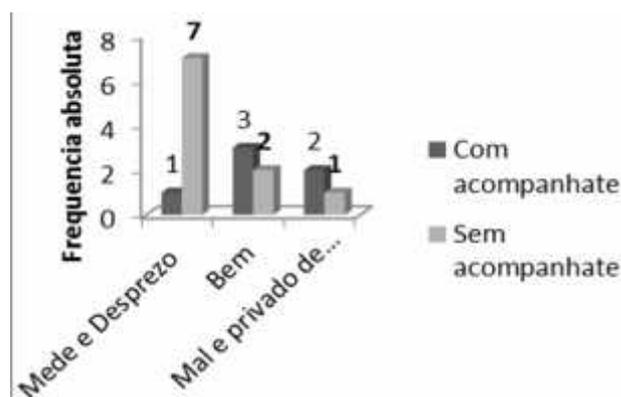
Ao tentar contato com outras entidades para verificar os benefícios destas para os DA's, não houve êxito devido a informações desatualizadas da Associação de Surdos do Brasil sobre as sedes de Minas Gerais. Na busca de informações em cidades sul mineiras que possuem associação de surdos e população semelhante à da cidade de Varginha para correlação dos dados, o contato não pode ser estabelecido, pois os números telefônicos disponíveis não pertenciam mais a entidade ou mantiveram-se ocupados ininterruptamente ou havia sido cancelados.

No decorrer da pesquisa foi constatada dificuldade na estruturação de frases escritas na língua portuguesa por todos os surdos. Como ressalta Cardoso, Rodrigues e Bachion (2006)<sup>6</sup> a língua de Sinais usada pelas pessoas surdas tem gramática e vocabulários que diferem da lí-

ngua portuguesa, tornando-as fluentes em LIBRAS e não em português.

Dos entrevistados, 69% relataram que comunicar é o ato de compreender e ser compreendido; 13% não entenderam a pergunta; 6% responderam que comunicar é ter conhecimento de LIBRAS; 6% não souberam responder; 6% afirmaram não conseguir se comunicar de maneira efetiva. Bosi & Uchimura (2007)<sup>7</sup> destacam que, nas relações interpessoais, a comunicação estabelecida não pode ser reduzida à fala. O diálogo é considerado uma atitude para com o outro e pressupõe encontro. Mesmo quando não há o conhecimento da língua de sinais é importante que se saiba interpretar os seus aspectos suprasegmentais como gestos, expressões faciais e corporais. Assim ao solicitar atendimento de saúde, o surdo se depara com obstáculos que interferem de modo negativo na excelência do processo de comunicação, fazendo com que o mesmo não compreenda, ou seja, compreendido<sup>8</sup>.

Em relação à questão, sobre o sentimento do surdo ao atendimento prestado pelos profissionais de saúde, nas condições experimentais, verificou-se que 50% dos entrevistados afirmaram que se sentem desprezados e com medo; 31% responderam que se sentem bem e 19% sentem-se mal e privados de informações (Figura 1).



**Figura 1.** Sentimentos dos DA's em relação ao atendimento prestado pelos profissionais de saúde.

Verifica-se na mesma Figura 1 que 62,5% dos DA's, durante ao atendimento clínico estavam desacompanhados e que 37,5% estavam acompanhados, desses 100% eram maiores, já dos que dispunham de acompanhantes 66,67% eram maiores e 33,33% eram menores.

Estes resultados vão de encontro com os obtidos por Cardoso *et al.* (2006)<sup>6</sup>, que também verificaram em suas pesquisas em uma instituição religiosa da cidade de Goiânia-GO que os entrevistados referiram medo ao se apresentarem desacompanhados no momento do atendimento. Outro sentimento dos DA's que prevaleceu foi o desprezo profissionais pelos surdos ao se depararem cofrustradas de estabelecê-la. Dos que se sentem bem, a maior parte estão acompanhados por intérpretes, o que propicia um melhor entendimento pelo surdo e pelo pro-

fissional, além de transmitir segurança para esses. Já dos que alegam se sentir mal e privados de informações, a maioria novamente foi dos acompanhados, mas de seus familiares.

O auxílio da família pode ser prejudicial, pois muitas vezes impede que o surdo participe ativamente do seu tratamento, sendo a família quem explica o profissional de saúde e quem recebe as orientações. Como consequência, os surdos podem não ter a oportunidade de nem mesmo expor as suas dúvidas<sup>9</sup>.

Sobre a questão, que aborda a comunicação eficiente no atendimento de saúde, verificou-se através do teste McNemar<sup>10</sup>, que existe concordância entre as proporções de DA's que estavam sem acompanhantes e a não eficiência dos atendimentos. Porém, quando se utilizou o teste exato de Fisher, não foi possível detectar diferença significativa entre a eficiência do atendimento ao DA e a dependência do acompanhante (Figura 2). Estes resultados demonstram a necessidade de estudos mais aprofundados sobre o assunto, principalmente, com amostras maiores para verificar a veracidade da hipótese de que o atendimento ao paciente DA sem acompanhante, em Varginha- MG pode ser prejudicado devido à falta de compreensão e/ou comunicação entre o cliente DA e o profissional da saúde.

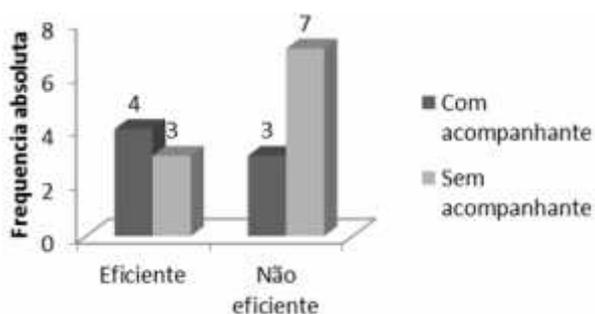


Figura 2. Eficácia da comunicação durante um atendimento de saúde.

Segundo Chaveiro *et al.* (2006)<sup>11</sup> quando os pacientes com DA sentem necessidade de se comunicar com profissionais da saúde, normalmente essa é falha, devido à falta de um acompanhante ou interprete. Os autores relatam ainda que isso possa gerar problemas diversos, inclusive emocionais. Assim, o diagnóstico e o tratamento indicados para esses pacientes, são colocados em risco devido à deficiência na comunicação.

Já na presença do acompanhante, os surdos temem que questões confidenciais sejam expostas, mas sem a presença do mesmo, acabam privados de informações sobre decisões e condutas da assistência<sup>10</sup>.

Quando indagados sobre as dificuldades encontradas ao procurar um serviço de saúde em Varginha-MG, 54% dos entrevistados relataram a falta de conhecimento de LIBRAS por parte dos profissionais de saúde; 35% apontaram a falta de um intérprete no estabelecimento e apenas 11% dos DA's entrevistados relataram a falta de

paciência dos profissionais que prestam serviços de saúde. Estes resultados revelam que os profissionais de saúde de Varginha-MG não estão preparados para o atendimento ao cliente DA. De acordo com a prefeitura do município, não há cursos disponíveis para os profissionais atuantes na área da saúde.

Chaveiro *et al.* (2006)<sup>11</sup> constataram que a capacitação dos profissionais da saúde para atender os DA é uma necessidade urgente que contemple todos os métodos de comunicação, a cultura surda, as noções básicas da língua de sinais e leitura labial, além do posicionamento correto frente ao surdo no momento do atendimento.

Já em relação aos intérpretes, Rosa (2003)<sup>12</sup> descreve que os mesmos exercem a função de intermediar a comunicação entre os surdos e os ouvintes, transpondo a barreira existente entre esses dois grupos. Os depoimentos colhidos por Chaveiro *et al.* (2006)<sup>11</sup> mostram que a presença dos intérpretes é valorizada mesmo antes da chegada ao serviço de saúde.

De acordo com a questão referente à formação específica dos profissionais da área de saúde para assistência ao portador de deficiência auditiva, 6% da população entrevistada consideram que a capacitação em LIBRAS deve acontecer durante o exercício profissional, 13%, na formação acadêmica e, 81%, em ambos os períodos. Pagliuca *et al.* (2004)<sup>13</sup> constataram que o despreparo para atender pessoas com surdez envolve vários níveis da categoria, desde profissionais recém-formados até enfermeiros com anos de profissão, o que confirma a necessidade de capacitação em LIBRAS, tanto na formação acadêmica quanto no exercício profissional.

Sobre a questão que aborda sugestões para melhorar a comunicação entre as pessoas surdas e os profissionais de saúde, 39% dos entrevistados sugeriram o aumento do curso de LIBRAS, 28% propuseram estimular o interesse dos profissionais pela língua de sinais, 17% referem à contratação de intérpretes, 11% relataram que não há necessidade dos profissionais aprenderem LIBRAS e 5% necessidade de eliminar o preconceito (Figura 3).

Sendo que dos 11%, 5,5% são maiores, mas frequentam raramente a unidade de saúde e os outros 5,5% são menores e preferem que a mãe resolva seus problemas.

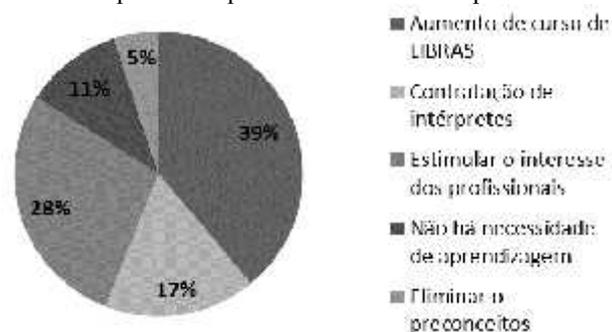


Figura 3. Sugestões para melhoria da comunicação entre Profissionais de saúde e surdos.

Os deficientes auditivos expõem seus pensamentos e sentimentos por meio de cultura e linguagem diferentes que precisam ser conhecidas e respeitadas por toda a sociedade de acordo com os aspectos éticos, morais e legais. A referente pesquisa evidenciou que a realidade da comunicação entre os profissionais da saúde e os surdos não está sendo estabelecida de uma maneira eficaz.

A pesquisa mostrou um obstáculo central, a comunicação verbal, que permite uma interação social vasta, mas também limita quem não a utiliza como os que recorrem à linguagem de sinais. Na busca pela superação dessa barreira os DA's utilizam intérpretes para ajudar a estabelecer conexão com os ouvintes, mas nem sempre o apoio de alguém que domine as duas línguas é encontrado facilmente, além de suprimir a privacidade do surdo.

Para que a humanização e a individualidade possam ser foco no atendimento do paciente surdo, o profissional deve conhecer a LIBRAS ou utilizar-se de recurso visual, gestos, e expressões efetivas, tornando a consulta entre este e o surdo exclusiva, momento em que o DA poderá se expressar livremente, e assim, a assistência será realizada de maneira holística.

#### 4. CONCLUSÃO

Os obstáculos encontrados pelos DA's na comunicação com os profissionais das UAPS são: a falta de conhecimento de LIBRAS, paciência por parte dos profissionais e a falta de intérpretes no local de atendimento.

Verificou-se também que:

É necessária a inclusão de LIBRAS como disciplina obrigatória para os cursos da área da saúde e implantação de educação continuada voltada para LIBRAS com profissionais já atuantes.

É importante a reestruturação das Associações de Surdos, para que assim os surdos possam buscar ajuda frente a situações como, a falta de uma comunicação efetiva nos locais em que necessitam de atendimento.

Mesmo não tendo domínio da Língua de sinais é necessário se utilizar de aspectos suprasegmentais, dando assim suporte para os DA's que não possuem intérpretes, ou sentem-se envergonhados e desprovidos de informações com a presença destes.

Os DA's desacompanhados sentem-se desprezados e com medo devido ao despreparo do profissional ao atendê-lo, não reconhecendo suas necessidades imediatas, já aqueles acompanhados sentem-se bem, pois a comunicação é mais facilmente estabelecida.

A necessidade de estudos com amostras maiores e mais aprofundados que verifiquem a veracidade de que o atendimento ao paciente DA sem acompanhante pode ser prejudicado devido à falta de compreensão e/ou comu-

nicação entre o cliente DA e o profissional da saúde.

Diante dos relatos dos DA's evidenciou-se que os profissionais de saúde de Varginha-MG não estão preparados para o atendimento ao cliente DA.

#### REFERÊNCIAS

- [1] Brasil. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, nº79, Seção 1, 2002.
- [2] Brasil. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1, 2005.
- [3] Organização Mundial de Saúde. Classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde. Lisboa: OMS, 2004.
- [4] IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 mar.2013.
- [5] Organização Mundial de Saúde. ATC/DDD Index 2011. Disponível em: [http://www.whocc.no/atc\\_ddd\\_index/](http://www.whocc.no/atc_ddd_index/). Acesso em 15 jun. 2013.
- [6] Cardoso AHA, Rodrigues KG, Bachion MM. 2006. Percepção da pessoa com surdez severa e/ou profunda acerca do processo de comunicação durante seu atendimento de saúde. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692006000400013&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692006000400013&script=sci_arttext&tlng=pt)>. Acesso em: 04 abr. 2013.
- [7] Bosi MLM, Uchimura KY. Avaliação da qualidade ou avaliação qualitativa do cuidado em saúde. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v41n1/21.pdf>> Acesso em: 28 out. 2013.
- [8] Chaveiro N, Barbosa MA. 2005. Assistência ao surdo na área de saúde como fator de inclusão social. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reecusp/v39n4/06.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2013.
- [9] Santos EM, Shiratori K. As necessidades de saúde no mundo dosilêncio: um diálogo com os surdos. Disponível em: <[www.fen.ufg.br](http://www.fen.ufg.br)>. Acesso em: 20 mar.2013.
- [10] Mcaleer M. Communicating effectively with deaf patients. Nurs Stand, 2006.
- [11] Chaveiro N, Barbosa MA, Porto CC. Encontro do paciente surdo que usa alíngua de sinais com os profissionais da saúde. Universidade Federal Fluminense – Saúde e Sociedade III, 2006. Disponível em: <<http://www.proac.uff.br/saudeesociedade/encontro-dopaciente-surdo-que-usa-lingua-de-sinais-com-os-profissionais-de-saude>>. Acesso em: 18 out.2013.
- [12] Rosa AS. A presença do intérprete de língua de sinais na mediação social entresurdos e ouvintes. In: SILVA, I.R.; KUCHAKJE S, GESUELI Z.M. Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades. São Paulo: Plexus, 2003.
- [13] Pagliuca LMF, França ISX, Moura ERF, Caetano JA, Macedo, KNF, Vasconcelos LR, et al. Acessibilidade da pes-

soa portadora de deficiência física e/ou sensorial aos serviços de saúde: estudo das condições físicas e de comunicação [relatório de pesquisa]. Fortaleza: Departamento de Enfermagem, Universidade Federal do Ceará; 2004.

